

OS EFEITOS DA TAXA DE CÂMBIO SOBRE OS JUROS BANCÁRIOS: UMA ANÁLISE DO ASSUNTO EM JORNAIS E REVISTA ELETRÔNICA

Michelle Ambrósio de Lima¹
nadjida@hotmail.com¹⁰³

RESUMO:

Este estudo procura identificar os efeitos da oscilação na taxa de câmbio sobre os preços dos juros bancários no Brasil, tomando por base as reportagens do jornal Folha de São Paulo. Com utilização do GRU (Econometrics and Time-Series Library), será feita a análise de função impulso e resposta de decomposição da variância para estas variáveis, considerando outros fatores importantes nesse cenário, com base a política Cambial e Comercial. Identificar se uma relação pouco relevante no que tange à transmissão de alguns impulsos sistêmicos que ajudam a explicar o comportamento dos preços apenas em curto prazo, sem efeitos duradouros sobre eles. Assim, a análise sugere que os choques provocados no câmbio (R\$/US\$) provocam efeitos contrários, ou seja, negativos, nos preços que refletem na ineficiências e disfunções que persistem há anos no sistema financeiro brasileiro que se materializam em *spreads* elevados. Logo, pode-se inferir que, embora exista uma resposta a choques provocados no câmbio, estes repercutem em respostas significativas nos preços dos juros do sistema financeiro brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: taxa de cambio, juros bancários

INTRODUÇÃO

O conceito de câmbio é simples seria o preço de uma moeda estrangeira medido em unidades da moeda nacional. Existem duas maneiras de estabelecer as taxas de câmbio: a primeira é o câmbio fixo que é fixado pela autoridade monetária, ou seja, fixada pelo governo. A segunda é o câmbio flutuante ela flutua de acordo com a oferta e a demanda de divisas estrangeiras no mercado. Os juros por sua vez podem ser entendidos como a relação entre os juros pagos ou recebidos e o capital inicialmente tomado ou aplicado. No entanto tanto a taxa de câmbio quanto a de juros devem ser reguladas para evitar um colapso financeiro.

O Brasil possui um regime cambial intervencionista em que o governo intervém no mercado. Isso se dá sobre tudo no governo atual pelo fato de que o tipo de governo que temos é de um Estado interventor, regulador típico de um governo social-liberalista.

¹⁰³ Pesquisadora da instituição Universidade Estadual de Goiás

A valorização cambial, por exemplo, pode causar no mercado uma redução da competitividade das exportações o que interfere na criação de empregos em desenvolvimento em longo prazo. Como podemos constatar na seguinte afirmação de SCATOLIN, PORCILE E CASTRO (2006), “Essas mudanças podem ter conseqüências no longo prazo. Conquistar um mercado é um processo difícil e demorado, e quando um mercado se perde, não é possível voltar a ele com facilidade” (p. 11).

No sentido de controlar as manobras econômicas ditas como "livres" é criado em 1996 no Brasil o COPOM (Comitê de Política Econômica) que atua, portanto no sentido de dar uma direção da política monetária e define a taxa básica de juros. Portanto o objetivo desse estudo é constatar que existe uma relação entre a taxa de câmbio e os juros.

DECISÕES DE ALTERAÇÕES NAS TAXAS DE JUROS

Ao tomar a decisão de alterar as taxas de juros o COPOM leva em conta 03 fatores básicos:

A conjuntura, que envolve estudos sobre a economia atual, finanças públicas, índices gerais de preços e outros indicadores econômicos.

Mercado cambial, o comportamento desse mercado demonstra o ambiente econômico externo e as reservas monetárias internacionais.

Mercado financeiro, ele inclui a liquidez do sistema bancário e o comportamento das operações do mercado aberto.

A política cambial do atual governo vem sendo mantida no mesmo modelo de governos anteriores. Para isso os juros internos são elevados no objetivo de atrair capital estrangeiro sendo assim as regras cambiais são flexíveis com o intuito de motivar e aumentar o fluxo monetário. Nesse sentido a valorização do dólar frente ao real faz com que o governo tome atitudes como em 2008 onde muitos fatores fizeram com que aumentassem o ingresso de capital estrangeiro no país. Com a elevada oferta de dólares a taxa de câmbio o dólar chegou a R\$1,57. Essa queda é negativa pois gera desestímulo as exportações. Para evitar uma crise o governo age intervindo no mercado.

O governo, portanto, adota uma política de compra de dólares para conter a queda da taxa de câmbio. Essa intervenção gera um grande custo para os cofres do governo. Mas o que o governo faz com esse dinheiro?

Os dólares são investidos no exterior a uma taxa de juros de 3% ao ano, no entanto, para comprá-los o governo capta esse dinheiro no mercado interno pagando um juro muito maior do que o que ele recebe e quem paga essa conta é o tesouro nacional, ou seja, um dinheiro que poderia ser investido na sociedade. Temos adiante um exemplo ocorrido em 2008:

Bresser-Pereira (2008) propôs combinar a desvalorização com a taxação de produtos exportáveis tradicionais (e não as exportações tradicionais) para aumentar a rentabilidade relativa das exportações industriais modernas. Na Argentina dos Kirchners foram taxadas as exportações (e não a produção) de bens básicos. No segundo caso, o impacto no salário real da desvalorização é reduzido, pois o preço no mercado interno dos produtos exportados taxados cresce menos que a desvalorização.

Os impactos na economia brasileira

Portanto percebemos a clara relação entre as taxas de juros e as cambiais sobre tudo com a elevação dos juros externos como, por exemplo, a subida deles nos Estados Unidos que afeta a nossa dívida pública como foi citado anteriormente é relevante dizer que parte dessa dívida é indexada ao câmbio e no caso de uma provável subida do câmbio o serviço, ou melhor, os gastos da dívida pública interna aumentam.

Mas em contra partida o país torna se cada vez mais atraente para os investidores internacionais. E o que faz isso se possível?

O país possui taxas de juros extremamente elevadas na comparação com a média mundial. Esse diferencial de juros é um dos principais determinantes da elevada atração de divisas. O diferencial de juros entre o Brasil e o resto do mundo é imenso. A taxa básica de juros é 8,75% no Brasil, ante 1% na zona do euro, 0,13% nos Estados Unidos e 0,1% no Japão. Em termos reais, a taxa básica brasileira (4,2%) é seis vezes a média das taxas de juros nas 40 principais moedas (0,7%). Essa combinação, de queda no risco do investimento e manutenção de alta rentabilidade é o que torna o país tão atraente e capaz de atrair uma quantidade cada.

O novo cenário internacional torna o Brasil ainda mais atraente, pois possuem expectativas de ganhos maiores.

A indústria brasileira sofre serias conseqüências com essa supervalorização cambial. A valorização do câmbio reduz a competitividade dos produtos brasileiros, diminui a rentabilidade das exportações e inibe investimentos para a exportação. Com isso prejudicam um vetor fundamental

para o crescimento do país, as exportações. Ela também aumenta a dificuldade de competitividade com os importados.

Os impactos para a classe trabalhadora

Como o juro mais alto tem impacto negativo na economia, como por exemplo, a falta de geração de emprego fica evidente que o trabalhador paga com essa conseqüência. Porém segundo alguns analistas é um mal necessário.

É preciso ficar claro que se a elevação da taxa de juros não causar desemprego (e, em alguns casos, falências empresariais) não terá qualquer eficácia antiinflacionária. É preciso ficar claro que não existe outro mecanismo de controle da inflação por intermédio da taxa de juros que não seja através da geração de desemprego. Se, por exemplo, o Governo eleva seus gastos para conter o desemprego gerado pelo Banco Central estará contribuindo para manter as vendas empresariais nos níveis esperados, então, estará mantendo o nível de emprego, mas estará diminuindo a força da política monetária antiinflacionária. É por isso que a combinação de um elevado superávit primário (que reduz os gastos públicos) com altas taxas de juros é capaz de reduzir rapidamente a inflação, mas causa também um elevado desemprego, redução de margens de lucro e, no limite, quebras empresariais. Essa foi a experiência brasileira do ano de 2003.

Porém os defensores do regime de metas inflacionárias dizem que não aceitam qualquer inflação - porque esta reduz a renda do trabalhador mais pobre já que este não tem acesso ao sistema financeiro e, assim, não pode se defender da inflação. Ora, é verdade que a inflação reduz a renda real dos mais pobres, mas a elevação da taxa de juros retira toda a renda trabalhadora ao deixá-lo sem emprego. É preciso que seja dada, por parte do Governo, a mesma atenção ao combate à inflação (manutenção da renda real do trabalhador) e ao combate ao desemprego (eliminação da renda real do trabalhador). A inflação não pode ser controlada com a elevação do desemprego.

A necessidade de um câmbio que beneficie a economia brasileira

Para evitar danos na economia brasileira com a supervalorização é preciso ações múltiplas, mas que basicamente são medidas políticas e para isso o Banco Central deve agir de maneira mais ativa na redução do diferencial de juros brasileiros e externos. Para tal, é necessário um comprometimento do Governo Federal nesse processo, adequando a política fiscal aos objetivos de

estabilidade econômica e de preços. É preciso que seja feito ajuste fiscal para se reduzir pressões inflacionárias e permitir queda na taxa de juros brasileira sem comprometer o sistema de metas de inflação.

Segundo Monteiro, é preciso várias medidas para diminuir essas conseqüências negativas e aumentar a competitividade da indústria brasileira frente ao novo cenário. Seriam as seguintes atitudes:

- Eliminar a tributação sobre investimento;
- Reduzir o custo de capital e financeiro das empresas;
- Criar mecanismos efetivos de recuperação de créditos tributários;
- Prover infra-estrutura eficiente;
- Reduzir a burocracia;
- Reduzir encargos sobre os custos salariais.

O processo de valorização cambial deixa nossa economia fragilizada e aumenta os gastos do Tesouro Nacional entre outras conseqüências para manter uma coerência financeira no país e estimular o crescimento econômico vemos que a política monetária e a fiscal devem manter-se em equilíbrio para diminuir a perda de competitividade com o setor externo.

Em suma, fica clara e evidente a relação entre juros e câmbio e suas conseqüências na economia e na sociedade. Vimos também as atitudes tomadas pelo governo que age de maneira intervencionista, e as conseqüências para a classe trabalhadora.

METODOS

Esta é uma pesquisa de natureza quantitativa. Por pesquisa quantitativa entende-se aquela que se caracteriza por conferir um tratamento estatístico matemático aos dados coletados e aos resultados a que se chega ao fim do exercício teórico.

A clássica afirmação de Dilthey “explicamos a natureza, compreendemos a vida mental” (citado por Hofstätter, 1957, p. 315) pode ser vista como o ponto de partida para as diferenças entre a pesquisa qualitativa e a pesquisa quantitativa. A primazia do “compreender a vida mental”

reaparece em todas as discussões sobre a natureza da pesquisa qualitativa. Qual, então, a natureza da pesquisa qualitativa? Quais alguns dos pressupostos desta abordagem?

O foco de interesse da pesquisa qualitativa é muito amplo, e parte de uma perspectiva diferenciada da adotada pelos métodos quantitativos. Dela faz parte a obtenção de dados descritivos mediante contato indireto do pesquisador com a situação objeto de estudo.

Os procedimentos adotados serão: a obtenção dos dados, que constituir-se-á a realização de pesquisa, elaboração de notas e coleta de registros através de jornais e revistas eletrônicas.

O corpus da pesquisa será constituído por registros de pesquisa, notas de campos e análises.

Os procedimentos metodológicos serão a revisões bibliográfica relacionada á questão em foco: os efeitos as taxa de câmbio sobre os juros bancários; a efetivação da coleta mediante a utilização dos procedimentos, sistematização e análise preliminar dos dados coletados e realizando ajustes necessários à adequação da abordagem proposta do trabalho final.

REFERÊNCIAS

GARCIA, M. E.; VASCONCELLOS, M. A. S. de. **Fundamentos de economia**. São Paulo: Saraiva, 2002.

PIMENTEL, A. **O Método da Análise Documental: seu uso numa pesquisa historiográfica**. *Cadernos de Pesquisa*, n. 114, p. 179-195, nov. 2001. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n114/a08n114.pdf>>. Acesso em: 12 de abr. 2012.

SILVA, C. V. **Relações Comerciais: Brasil - EUA**, Disponível na Internet via WWW.URL: [http://www.univap.br/biblioteca/hp/Mono 2001 Rev/022.pdf](http://www.univap.br/biblioteca/hp/Mono%202001%20Rev/022.pdf) arquivo capturado em 14/07/2012.

SILVA, E. F. G.; SANTOS, S. E. de B. **O impacto e a influência da mídia sobre a produção da subjetividade**. *XV Encontro Nacional da ABRAPSO (Associação Brasileira de Psicologia Social)*, 2009.

TAFNER, José; SILVA, A. C.r da; WEIDUSCHAT, I. **Normas para apresentação de trabalhos acadêmicos**. 3. ed. Indaial: ASSELVI, 2004.

Günther, I. A. (1986). **Pesquisa para conhecimento ou pesquisa para decisão?** *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 1(1), 75-78.

Hofstätter, P. R. (1957). *Psychologie*. Frankfurt: Fischer.